

# **História e Saber: o uso da terra entre os moradores de Nova Redenção – Concórdia do Pará**

**\* Voyner Ravena Cañete UNAMA/NAEA**

## **Resumo**

Este trabalho estuda as mudanças ocorridas no uso da terra entre um grupo camponês da Amazônia oriental, os moradores de Nova Redenção na região de Concórdia do Pará. Toma como cenário de fundo seu conhecimento utilizado no trato com a natureza, em especial seu sistema de produção na agricultura. O processo produtivo e sua reprodução podem ser compreendidos através do fazer cotidiano do trabalho na terra, este alterado a partir do contato e pressões impostas pela sociedade maior, onde as relações de parentesco norteiam os formatos de organização do grupo.

## **Uma breve contextualização**

Na Amazônia, a população que deixou a exploração da borracha a partir de seu processo de decadência voltou-se, grande parte, para as atividades da agricultura. (IANNI, 1978: 60-61). As políticas públicas federais da década de 70 do século passado, fomentadoras do grande capital na região<sup>1</sup>, alteraram definitivamente o cenário local. O campesinato amazônico, detentor de uma forma específica de saber sobre o trato da natureza e o trabalho na terra, vem cedendo lugar a uma forma de produção que pouco se assemelha àquela utilizada durante séculos na região. Esse movimento caracteriza-se com uma inclinação mais forte em algumas áreas, como o sul do Pará, por exemplo, mas não deve ser tomado como uma tendência geral para a Amazônia como um todo (IANNI, 1978).

---

\* Profª de Antropologia da UNAMA-Universidade da Amazônia. Mestre em Antropologia Social pelo Curso de Mestrado em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará. Doutoranda do Programa de Doutorado do Trópico Úmido/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará.

<sup>1</sup> Os estudos sobre as formas como o grande capital entrou na região amazônica aparece como tema central ou secundário em vários trabalhos. Velho (1972, 1979), Ianni (1978), Costa (1993), Hébette (1977), Hébette & Acevedo (1979), Soares (1981), Castro & Hébette (orgs) (1989), Martins (1991), Hébette & Navegantes (orgs) (2000) são alguns autores que apresentaram essa discussão e revisão histórica.

Na década de 40 e 50 do século XX a Amazônia possuía menos de meio por cento de sua área total cultivada (WAGLEY, 1988: 27). De fato, a Amazônia do período acima citado possuía um caráter de área a ser explorada, onde o desenvolvimento decorrente da civilização ainda não havia fincado suas raízes: vida econômica caracterizada pela decadência da borracha, onde o comércio permaneceu como a única forma de acumulação de capital; riqueza ambiental com práticas de cultivo baseadas na técnica de corte e queima, ausência de serviços de saneamento, saúde e estrutura educacional (WAGLEY, 1988: 28).

A Amazônia, permaneceu no decorrer de quatro séculos de história como uma alternativa a ser acessada em situações de instabilidade do país. Nas drogas do sertão, ainda no século XVIII, Pombal não hesitou em solicitar o máximo de produção para os colonos em suas constantes agruras com a escassez de mão de obra local (FARAGE, 1991).

No processo de colonização do Pará a micro-região Bragantina foi a primeira área a ser explorada incentivando a migração ainda no início do século XIX (HÉBETTE & ACEVEDO, 1977, 1979a, 1979b; MOUGEOT, 1986). Após esse processo que mostrou-se fracassado (COSTA, 1992a, 1992b), agregado ao declínio da borracha, a mão de obra oriunda dos seringais em decadência movimentou-se para essa primeira área de colonização, abrindo em seguida outras regiões, como é o caso da micro-região Guajarina, Marabá, Araguaia, entre outras (COSTA, 1992b: 15).

Todavia, ainda no início do século XX a agricultura já ocupava a preocupação da elite local (VERÍSSIMO, 1970: 248, 249).

Portanto, o período posterior ao declínio da borracha compreendido entre as décadas de vinte e cinquenta do século XX apresentou na pequena produção familiar importante alternativa econômica face às necessidades de abastecimento local e mesmo através de uma pequena exportação em fases de declínio do extrativismo (RAVENA-CAÑETE, 2000).

O período posterior à metade do século XX inicia a fase de intervenção do governo federal na Amazônia. Santos (1978: 19, 20-24) apresenta uma divisão para essa fase: a década de cinquenta e os anos posteriores à década de 60. O primeiro período é caracterizado pela intensificação e diversificação da agricultura que se firma no setor primário. Promove-se a modernização de outros setores da economia como a construção civil, o comércio varejista e mesmo o setor industrial. A década de sessenta caracteriza-se pela inserção do capital monopolista a partir dos incentivos fiscais à atividade privada e aos projetos fomentados pela extinta SUDAM e Banco de Crédito da Amazônia.

Esse novo modelo de desenvolvimento proposto fez com que nas quatro últimas décadas a população amazônica saltasse de menos de 5.000.000 de habitantes para um total de 12.900.704 habitantes<sup>2</sup>. Isso indica que a densidade populacional para a região caracterizou-se por um ritmo de crescimento muito maior do que o de outras áreas do país. O valor econômico da Amazônia foi estabelecido a partir de suas riquezas naturais. Dessa forma, o Estado Nacional estabeleceu um modelo de desenvolvimento para a região que priorizou os grandes projetos buscando atender a demanda do mercado externo. Em última instância, estes projetos não trouxeram suficiente geração de emprego de forma a compensar os prejuízos causados ao ecossistema decorrentes de suas atividades de extração de riquezas, sejam elas minerais ou hídricas. O ônus maior dessa escolha de modelo de desenvolvimento e inserção da Amazônia no cenário econômico internacional recaiu sobre suas atividades produtivas específicas. Dessa forma, foi a área rural que se viu excluída de uma política de desenvolvimento, pois os recursos que poderiam ter sido utilizados no desenvolvimento de infra-estrutura foram concentrados para a execução dos grandes projetos.

Assim, o modelo econômico de desenvolvimento adotado para a Amazônia a partir dos anos sessenta, e concretizado nas décadas de setenta e oitenta estava inserido dentro dos moldes do desenvolvimento ocidental. Isso implica dizer que as formas de produção e reprodução socioeconômica dessa área estiveram, e ainda estão, de um modo geral, inseridas em um processo de incorporação, logo substituição das mesmas pelo sistema abrangente.

A história da região amazônica é forjada, portanto, em uma estrutura de exploração dos recursos naturais. Para somar-se a esse quadro a elite local não conseguiu apontar saídas para a região (COSTA, 1992a; WEINSTEIN, 1993). Trocada na década de setenta pela elite oriunda dos grandes projetos, a antiga oligarquia amazônica compôs nos anos setenta e oitenta um quadro complexo, onde interesses de atores antigos e atuais buscaram caminhos para solução de suas necessidades.

A questão sobre o desenvolvimento da Amazônia, no entanto, continua basicamente a mesma: exploração dos recursos naturais em uma área ainda de fronteira. Esta realidade construída em séculos de história possibilitou a produção de uma bibliografia que versa tanto sobre as relações de exploração e pobreza pelas quais passou e passa sua população,

---

<sup>2</sup> Fonte: IBGE, Anuário Estatístico 2000.

as lutas políticas dos atores sociais envolvidos nesse cenário, ou a dependência econômica oriunda de políticas públicas federais e estaduais. Além da riqueza de sua biodiversidade a Amazônia também é detentora de uma grande diversidade social e cultural que desperta o interesse por estudá-la.

A produção de trabalhos sobre a região foi efetivamente intensificada a partir das mudanças decorrentes do avanço das formas capitalistas de produção e do surgimento das novas relações sociais por elas engendradas. As lutas políticas do campesinato local, diante das alterações vividas em face da invasão do grande capital representado nos grandes projetos da União configuraram-se, ente outras temáticas, como tema de trabalho de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos. Trabalhos como os de Otávio Ianni (1978), Otávio Guilherme Velho (1979), Jean Hébert e Rosa Acevedo (1979, 1979b, 2000), Francisco de Assis Costa (1992a , 1992b, 1993), Alfredo Wagner Berno de Almeida (1992), Araújo & Schiavoni (1998), Luciana Miranda Costa (1999), Gutemberg Guerra (2001), entre outras bibliografias, trazem à luz uma realidade que tem como base relações de exploração, as alterações vividas a partir da entrada do grande capital, e os conflitos gerados a partir desse novo quadro.

No entanto, entender os processos de alteração econômica, social política e ambiental pelos quais passa a Amazônia é uma tarefa que está longe de ser esgotada. Mesmo com o intenso esforço da contribuição dos trabalhos sobre a região, somente pequenas facetas de sua realidade foram reveladas. Ao lançar um olhar sobre essa bibliografia é possível perceber as lacunas ainda existentes tanto no que se refere ao estudo de determinadas áreas geográficas, como no que se relaciona a temáticas específicas (SANTOS, 1978: 17).

Por outro lado, a estagnação econômica também pode revelar questões importantes que permitem explicar problemas atuais. Assim, a proposta deste trabalho relaciona-se à necessidade de compreender as formas como um grupo em uma determinada área de colonização foi alterando suas estratégias de acesso a terra diante do processo de expansão do grande capital na região.

### **Nova Redenção: localização e características**

Como visto, a história da Amazônia caracterizou-se durante o século XVII, com as drogas do sertão, até o século XX através da borracha, pela atividade extrativista, mas a

agricultura familiar também ocupou um papel importante no cenário desse período, sobretudo nos anos que se seguiram à queda da economia gomífera. Assim, nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta do século XX a zona Guajarina configurou-se como uma das áreas responsáveis pelo abastecimento de Belém. Arroz e farinha de mandioca representavam o excedente exportado para a capital. No entanto, as décadas de setenta e oitenta trouxeram no bojo dos grandes<sup>3</sup> projetos alterações nas formas de produção e das relações sociais para a população da área.

Como mencionado no início deste artigo o local preciso onde se localiza o grupo estudado é Nova Redenção, município pertencente à Microregião de Tomé-Açu. Esta resulta do desmembramento da antiga Zona Guajarina, que era composta até final da década de oitenta pelos Municípios de São Domingos do Capim, Paragominas, Moju, Acará, Capitão Poço, Tomé-Açu, Irituia, Ourém, Bujaru, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, São Miguel do Guamá. Alguns municípios remontam seu surgimento ao século XVIII, como é o caso de Barcarena, Igarapé-Miri, São Miguel do Guamá e mesmo Bujaru, cidade à qual pertencia Nova Redenção antes da nova divisão fisiográfica da década de noventa e da criação do município de Concórdia do Pará em 1988. Outras cidades como Tomé-açu, Capitão Poço e Paragominas, por exemplo, resultaram dos movimentos de subdivisão de municípios entre as décadas de cinquenta e sessenta do século XX.

Dessa forma é importante descrever um pouco as características da zona Guajarina no período anterior às transformações originadas pelos grandes projetos, já que é de lá que se origina a história da cidade de Concórdia do Pará.

Em 1968 a produção extrativa vegetal da zona Guajarina era responsável por 7,13% da produção extrativa vegetal do estado. Seguindo a lógica dos valores de produção este se encontra concentrado na madeira de lei e branca, correspondendo as duas juntas por 77,22% do valor total da extração vegetal da área. A extratação da madeira era constante em todos os municípios com exceção de Capitão Poço. A zona também possuía significativa produção de pescado, todavia esse tipo de atividade não foi presente no município de Bujaru.

---

<sup>3</sup> As décadas de 60 e 70 caracterizaram-se por políticas de desenvolvimento especiais para a Amazônia. Nelas o grande capital de fora da região foi privilegiada em detrimento das atividades já existentes na região Vários trabalhos foram produzidos sobre essa temática, vale rever Costa(1992a).

A estrutura fundiária da zona Guajarina caracterizava-se em 1960, em sua maior parte, por pequenos e médios estabelecimentos<sup>4</sup>, 35,27% e 58,59% respectivamente. De 93.902Km<sup>2</sup> da área que perfazia a zona, ou seja, quase a metade, correspondia à área cultivada. As culturas mais produzidas eram a pimenta, seguida da fibra de malva. A cultura com maior área de cultivo era o arroz, seguido pela malva, milho, mandioca, cana de açúcar, fumo e algodão em caroço.

A pecuária existente na zona correspondia em 1966 a 6,70% do rebanho estadual e a avicultura possuía em 1966 um total de 415.748 aves.

Após a chegada dos grandes projetos a realidade da região se transformou. Segundo o resultado do IBGE para o censo de 2000 o município de Concórdia do Pará possui 20.958 habitantes sendo que desse total 10.268 encontram-se na área rural. Em 1991 a população do município era de 15.247 habitantes e 18.469 em 1996.

Dados para o ano de 2000 mostram que a produção resultante da extração vegetal é inexistente, com exceção tímida da coleta do açaí, seguida de madeira/carvão vegetal. Vale comparar com os resultados da produção extrativa para a zona Guajarina no período de 1966. Produtos que antes se assemelhavam às drogas do sertão foram substituídos pelos produtos que podem ser consumidos ou comercializados para consumo direto entre a população dos centros urbanos, ou seja, o açaí. A extração de madeira de qualidade esgotou-se, – não se encontra mais madeira de lei – cedendo lugar para carvão e lenha. As riquezas naturais encontradas na região no decorrer da década de sessenta já não são encontradas para a atividade extrativa.

Atualmente a lavoura está dividida entre permanente e temporária. Somente três são as culturas cultivadas na lavoura temporária: arroz, feijão e mandioca. O setor pecuário possui um efetivo de 19.086 cabeças de gado bovino, 3.537 de suínos, 125.680 de galináceos, 1.182 eqüinos, 605 bubalinos e 803 caprinos.

A agricultura parece ter mantido o mesmo movimento priorizando o arroz, a macaxeira e a pimenta do reino, mas alterações do setor pecuário efetivamente refletem o resultado da extração da madeira das décadas de sessenta e setenta e sua substituição por pastos através dos incentivos da pecuária.

---

<sup>4</sup> O IDESP utilizou a seguinte classificação, estabelecida também pela Comissão Nacional de Política Agrária: pequeno produtor até 10ha; médio de 10ha até 100ha; grande de 100ha a 1.000ha; muito grande de 1.000ha a 10.000ha; e excepcionalmente grande com mais de 10.000ha.

Em 1968 a zona Guajarina detentora então de uma área de 8.246km<sup>2</sup>, possuía uma população bovina quase 50% menor que o número de cabeças de gado do município de Concórdia do Pará que possui uma área de 707,54km<sup>2</sup>, para o ano de 2000. Agregando esse dado à inexistência de extração de madeira de lei, o quadro traçado sugere que houve a substituição da mata nativa por pastos.

Diante dessas alterações, sobretudo as relacionadas à pecuária, é fundamental entender como a população da área encontra estratégias para permanecer acessando a terra.

Como já mencionado, o grupo escolhido para esse estudo encontra-se em Nova Redenção, vila situada a 11 de Concórdia do Pará. Para chegar nessa localidade é necessário andar entre 1 a 2 quilômetros em um ramal após a parada do ônibus na PA140 (croqui I). Ao chegar na vila é possível ver um grupo de casas organizadas a partir das melhores possibilidades de acesso às fontes de água, no caso um igarapé que possui às margens vários retiros de farinha. A área é toda rodeada de capoeirões que seguem entrecortados por roças e pimentais na seqüência do ramal.

Após a vila ou quadro, como a população local denomina a localidade, o ramal segue por aproximadamente mais 8km. Nesse percurso estão localizadas as roças e casas dos moradores, além dos retiros em vários outros braços de igarapé que cortam a área. Grande parte dos terrenos configura-se como de herança e alguns foram adquiridos através de compra. Um grande pimental pode ser avistado quase na metade do ramal. Ele é de propriedade de um *japonês*<sup>5</sup>, como conta a população e é responsável por uma parte da vida econômica dos moradores da área.

Além de Nova Redenção existem outras *colônias*<sup>6</sup> no município de Concórdia do Pará e estas variam de densidade populacional. A expressão colônia é corriqueiramente utilizada entre os moradores, assim como a expressão colono. Estes, para quem vive na região são pessoas que trabalham em pequenas parcelas de terra<sup>7</sup> com roças de

---

<sup>5</sup> O Pará possui a segunda maior colônia japonesa do Brasil localizada na cidade de Tomé Açu, vizinha à Concórdia do Pará. É normalmente na lavoura da pimenta que se concentra a atividade econômica desses imigrantes.

<sup>6</sup> Expressão usada pela população local que advém, provavelmente, de um processo histórico. A colonização da Amazônia e as políticas governamentais que fundamentaram esse processo podem justificar essa designação, pois, como visto, a zona Guajarina sucedeu a colonização da zona Bragantina. Consultar HÉBETTE, & ACEVEDO (1979a, 1979b), HÉBETTE (1992), SANTOS (1980).

<sup>7</sup> A definição para pequeno produtor varia no decorrer da história da questão fundiária na Amazônia. A inferência feita neste trabalho sobre a região advém das informações do INCRA sobre os projetos fundiários para a área em questão. Estes classificam os moradores das *colônias* como pequenos produtores, com lotes inferiores à 50ha..

subsistência<sup>8</sup> e vendendo algum tipo de excedente no comércio da região. Dos 30 grupos domésticos<sup>9</sup> que compõem Nova Redenção, todos, de alguma forma, fazem o plantio de subsistência, seja nas terras dos pais, seja na forma de *a meia*<sup>10</sup> nas terras de outras pessoas, assim como possuem roça de farinha. Mesmo os grupos domésticos que têm no trabalho assalariado seu principal meio de sobrevivência, ainda assim realizam atividades na roça, através da ajuda de parentes, e dela retiram alguma forma de sustento.

Alguns grupos domésticos possuem integrantes que realizam trabalhos assalariados de forma sazonal nos pimentais da área. Existem várias famílias que vivem exclusivamente do trabalho agrícola e sua relação com o mercado. Outras, porém, possuem variados tipos de relação com a sociedade do entorno através da venda de sua força de trabalho. No entanto, ainda que apresentando ligações menos consistentes com a produção agrícola familiar, normalmente as famílias mantêm através dos laços de parentesco a relação produtiva relacionada às atividades da agricultura. Ajudar a brocar, ou a capinar o terreno de um parente, mesmo quando já se possui um trabalho com características de assalariamento, como é o caso dos diaristas do pimental, é situação comum nessa localidade.

A vida dos moradores de Nova Redenção é orientada pelo calendário agrícola. Os trabalhos para o plantio da roça iniciam-se nos meses de outubro a dezembro. Primeiro o terreno é brocado, depois queimado. A *broca* é um processo composto do corte das árvores com o objetivo de deixar o terreno limpo e preparado para que o fogo possa consumir com a máxima eficiência as madeiras que ficaram no chão. Essas são as duas atividades iniciais do período de plantio e configuram-se como tarefas masculinas normalmente realizadas por dois ou três homens. Todavia, isso não quer dizer que uma mulher jamais poderá participar da limpeza de uma área. É possível encontrar uma família jovem, ainda no início do ciclo doméstico, ou seja, marido e esposa, *brocando* um terreno. Nesses casos a mulher faz a figura de auxiliar, ajudando o marido na tarefa, mas sempre com um papel secundário.

---

<sup>8</sup> Entende-se aqui como roça de subsistência as plantações de culturas para consumo do grupo doméstico.

<sup>9</sup> A definição de grupo doméstico utilizada refere-se àquela especificada por Chayanov. Esse é o conceito aqui empregado.

<sup>10</sup> Dos trinta grupos domésticos que compõem Nova Redenção, 4 possuem roça no terreno dos pais, enquanto 2 trabalham no sistema de *a meia*, ou seja, realizam o plantio no terreno de outras pessoas e recebem a parte da colheita, 22 têm a posse da terra e 2 garantem a subsistência da família a partir do assalariamento, ainda que executando trabalhos eventuais na roça de parentes.

Após essa etapa deve acontecer a *queimada*. Dependendo do resultado da *broca* e da *queimada* já se pode iniciar o plantio, caso ainda haja muitos restos de madeira é necessário limpar o terreno novamente. Esse novo processo de limpeza é chamado *coivara* e somente acontece quando a *queimada* não foi intensa o suficiente para deixar o terreno nas condições necessárias para plantar.

A forma mais comum para se designar uma roça de mandioca é chamá-la de *roça de farinha*, tal a importância que esse alimento tem na vida dos integrantes do grupo. Normalmente as famílias cultivam *farinha* em mais de 80% do terreno destinado ao plantio. De modo geral são mantidas várias roças entre maduras e verdes de forma a garantir que permanentemente haja mandioca para a produção da farinha. Houve o tempo em que se plantava também juta e arroz, por exemplo, para consumo e comercialização. Mas as dificuldades para o escoamento no mercado findaram por restringir a produção desse tipo de cultura. No caso da juta, em especial, essa dificuldade está relacionada ao surgimento dos sacos de polietileno que substituíram os de origem vegetal. Mas atravessadores e o transporte muito caro são os fatores que mais comumente inviabilizam a comercialização. Apesar da área ser grande produtora de pimenta, poucas são as famílias que a cultivam, pois como essa cultura demanda muitos insumos agrícolas, torna-se inviável como alternativa econômica para os grupos domésticos. Algumas famílias plantam pimenta em no máximo uma, ou duas *tarefas*<sup>11</sup> de terra, pois não se pode colocar em risco as atividades econômicas que de fato garantem a subsistência do grupo<sup>12</sup>.

As demais culturas plantadas destinam-se, de forma geral, ao consumo e com exceção do arroz e da pimenta, elas são feitas junto com a *roça de farinha*. Entre as fileiras da mandioca planta-se milho, feijão e *verdura*. Esta última é a generalização de várias espécies como cariru, feijão de corda, maxixe, cheiro verde e pimenta, por exemplo. Mas essas *verduras* também podem ser plantadas em um *jirau*<sup>13</sup> próximo à casa da família, já

---

<sup>11</sup> Tarefa é a especificação local feita para a área a ser plantada, ela funciona como uma medida. Cada *tarefa* mede 25 x 50 *braças*, sendo que cada *braça* possui aproximadamente um metro.

<sup>12</sup> WOORTMANN (1997) mostra como as alternativas para a produção agrícola são tratadas, "O sistema de cultivo constitui um todo preconcebido, no qual vários fatores são levados em conta: solo, clima, consumo familiar, relações de mercado, disponibilidade de força de trabalho, etc. Um todo complexo que envolve cálculos sutis que, freqüentemente, passam despercebidos ao pesquisador". (WOORTMANN, 1997: 87.

<sup>13</sup> Jirau: [do tupi yi 'rab.] S.m. Estrado de varas sobre forquilhas cravadas no chão, usado para guardar panelas, pratos, legumes, etc. (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa). É uma pequena construção de madeira entre 0,80m a 1,28m acima do chão e feita próxima à casa. O jirau serve para lavar a louça e demais utensílios de cozinha, realizar as tarefas necessárias para o preparo das refeições, enfim, é no jirau que se realiza parte das atividades femininas domésticas. Em uma parte dele podem ser plantadas as *verduras* que a

que normalmente é a mulher que cuida ou se preocupa em plantar a *verdura*, pois esta é o complemento, ou o incremento nas refeições.

Fazer a roça é uma tarefa que envolve toda a família em idade produtiva, ou seja aqueles com idade superior a 15 anos, aproximadamente. Mas é no período do *plantio* e da *capina* que a mulher mais aparece no processo. Se ao homem coube *brocar*, *queimar* e *coivarar*, cabe à mulher, sobretudo, cuidar para que a roça esteja sempre limpa e o *mato* não se alastre. É nessa atividade que ela encontra a oportunidade de cuidar também das *verduras*.

A farinha aparece em Nova Redenção como outra etapa da produção agrícola. No decorrer da realização dessa atividade os laços de solidariedade e de identidade social se fortalecem. O processo da produção da farinha é longo, o que significa dizer que se passa o dia todo no *retiro* para se fazer farinha e são necessários muitos braços dedicados a essa tarefa. O processo de produção da farinha está dividido basicamente em 4 etapas: *cevar*, *prensar*, *coar*, *escaldar* e *torrar*. Estes dois últimos movimentos referem-se a uma mesma ação.

Diferente de como era feita antes de alguns avanços tecnológicos, quando ao cevar a mandioca para a obtenção da *massa* era necessário toda a família ralando a raiz, hoje essa etapa é realizada por meio de um motor movido a gasolina que economiza muitas horas de trabalho e esforço físico do grupo que trabalha. De modo geral quem *ceva* a massa é um homem. Depois de cevar é necessário retirar o tucupi através da prensa. Após essas duas etapas é preciso *coar* a *massa* para que ela seja *escaldada* e depois *torrada* no forno construído com chapa de cobre, chegando-se então ao produto final.

Normalmente ocupa-se um dia inteiro fazendo farinha, sobretudo quando ela está destinada para a venda. Nesses casos o *retiro* escolhido deve ter mais de um forno, pois as etapas de produção estarão acontecendo todas ao mesmo tempo. Nessas ocasiões todos os membros da família participam da atividade, inclusive as crianças realizando tarefas de menor responsabilidade. Os grupos domésticos são parceiros constantes na produção da farinha, cuja venda do produto final acontece de forma alternada entre os mesmos. Isto é, dois grupos domésticos podem trabalhar juntos para produzir farinha para a venda. Em uma semana trabalha-se com a mandioca de um dos grupos sendo o ganho obtido com a venda

---

família irá consumir. Considerando que o plantio e demais cuidados com as *verduras* são tarefas feminina, não é de se estranhar que no jirau também se realize várias outras tarefas domésticas.

da farinha destinada a ele. Na outra semana todos trabalham para fazer farinha com a mandioca do outro grupo parceiro e assim completar a reciprocidade no processo produtivo. Essa reciprocidade normalmente se dá a partir dos laços de parentesco. Uma mulher pode deslocar todo seu grupo doméstico para ajudar a família de sua irmã a produzir farinha, por exemplo, com a certeza de que, quando necessário, essa mesma ação será realizada para seu interesse. Essa reciprocidade acontece não necessariamente com atividades iguais, mas de forma equivalente. Quem ajuda na produção da farinha sabe que pode demandar mais braços para *brocar* seu terreno dentro do grupo ao qual ajudou, por exemplo.

Portanto, casamento e parentesco também aparecem em Nova Redenção como mecanismos orientadores da lógica e ação do grupo.

### **Parentesco e memória: estratégias de acesso à terra em Nova Redenção**

Nova Redenção, como visto, é um povoado no qual várias famílias desenvolvem suas atividades agrícolas, mas há especialmente uma família a ser mencionada considerando sua longevidade na região e sua história como fundadora de Nova Redenção. Das 11 casas existentes no *quadro* somente em duas não vivem membros da família Guimarães. Os Guimarães constituem-se em uma família que possui uma longa história na localidade. Essa história inicia-se, segundo a memória do grupo, no princípio deste século a partir de um homem de nome *Carlos Ribeiro de Souza Guimarães*, mas essa não é a única família que compõe o lugar.

Existem basicamente três famílias que lá vivem desde a primeira metade do século e as relações de descendência legitimam o acesso à terra. O princípio cognático rege as relações de herança, pois homens e mulheres são igualmente herdeiros. Partindo desse princípio, os casamentos se dão pelas possibilidades da permanência da terra entre parentes, assim como da disponibilidade apresentada na herança. No grupo a descendência é perpetuada através da memória possibilitando o acesso à terra e a reprodução dos saberes relacionados ao seu uso. Todos os moradores conhecem a história de Nova Redenção através da lembrança de um antepassado comum que deixou a terra como herança para os descendentes. Dessa forma, a descendência é o que legitima o acesso a terra, mas é acionada porque está perpetuada através da memória. Esta é a responsável, portanto, pela

manutenção do grupo. É importante salientar que a memória acionada é uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990), em que todos se reconhecem nela. Em Nova Redenção todos são parentes desde que reconhecido pelo grupo como tal, isso permite que o uso e posse da terra sejam legitimados porque todos compartilham de uma mesma lembrança.

O parentesco funciona como um orientador da vida dos moradores em diferentes instâncias. Assim, através da descendência ele pode ser o legitimador do acesso à terra, pode ser também a relação que garante a obtenção dos elementos econômicos básicos de sobrevivência. A identidade do grupo, por sua vez, é garantida através das relações de parentesco, pois estas apontam a descendência e, portanto, o pertencimento do indivíduo ao grupo. O parentesco caracteriza-se, ainda, como o instrumento legitimador de uma memória que garante o acesso à terra.

O desenrolar da história sobre a posse da terra em Nova Redenção acompanha os movimentos de colonização da Amazônia, contudo possui especificidades. Três momentos básicos, relativos à sua dinâmica de ocupação da terra podem ser visualizados. O primeiro refere-se à quando o fundador na genealogia da família estudada instala-se na localidade. Obter terras nesse momento não configurava-se em grande problema como consta no relato dos moradores.

O impasse vivido até meados deste século relacionava-se mais ao direito sobre terras trabalhadas consideradas posse, ou no máximo à qualidade da terra que se dispunha para plantar.

O segundo momento insere-se no movimento maior de ocupação e colonização ocorrido nas décadas de 70 e 80. Neste período a política de colonização para a Amazônia caracterizava-se pela ocupação de espaços antes não demandados pelos mais antigos habitantes da região, como aponta ARAUJO e SCHIAVONI (1998)<sup>14</sup>.

O terceiro momento caracteriza-se por uma ocupação já consolidada dentro dos terrenos que compõem Nova Redenção, pois os lotes já estão todos divididos. Até mesmo a terra onde se encontra Nova Redenção foi loteada através do projeto fundiário do INCRA

---

<sup>14</sup> Para a política de colonização ARAÚJO E SCHIAVONI colocam: *“Procurou-se encorajar os fluxos migratórios e diversificar-lhes a origem, atraindo não apenas os contingentes regionais que há muito contribuíam para o povoamento do interior setentrional, como também populações oriundas de outras áreas do país. Nordestinos, de fato, aportavam desde o século XIX em vagas descontínuas, cujos descendentes haviam-se espalhado ao longo das grandes calhas fluviais da bacia amazônica. O povoamento recente, desta feita sem distinção de origem, distribuiu-se em terrenos agrícolas ladeando não mais o curso das águas, mas sim os eixos principais de uma nova malha rodoviária que deu acesso à terra firme dos entre-rios”*. (ARAÚJO & SCHIAVONI, 1998: 2)

na década de oitenta. O formato desse loteamento baseou-se na disposição das terras dos moradores que já estavam na área. Dessa forma, mesmo com a vinda do INCRA a herança continuou orientando o acesso à terra. Ou seja, os moradores acionam a lógica da herança como principal fonte de legitimação para o direito à posse da terra e as divisões feitas pelo INCRA aparecem em segundo plano, pois raramente referidas entre os membros do grupo.

Como já apontado, em Nova Redenção além dos Guimarães residem também outras famílias, entre elas os Gomes, os Matos e os Batista. Destaco estas famílias, pois as mesmas aparecem no decorrer da história da localidade como as famílias que com mais frequência os Guimarães se casaram. Somando-se a esse fator, está a questão de que essas famílias possuíam terras como bens a serem disponibilizados para o uso dos herdeiros.

A *requisição* do terreno frente a administração fundiária do Estado, configurava-se até meados da década de 60, final do primeiro momento do processo de ocupação da área, como garantia de acesso exclusivo à terra. Foi através dessas condições que Carlos Guimarães *requereu* as terras onde hoje vivem seus herdeiros. Essa ação no entanto não é exclusiva dos Guimarães, outras famílias também recorreram à essa prática para garantir a mesma exclusividade.

Se o direito ao uso da terra entre os Guimarães é garantido pela lembrança de um ancestral comum, o mesmo não é válido para as demais famílias. Não foi possível delimitar de forma clara a existência de um ancestral que fosse o responsável pela origem das famílias Gomes, Batista e Matos. No entanto, são os membros dessas famílias os parceiros matrimoniais mais frequentes dos Guimarães na primeira geração de herdeiros. Esta é composta pelos dez filhos de Carlos Guimarães, a segunda geração pelos 26 netos e a terceira pelos 74 bisnetos. Dos dez membros da primeira geração, seis constituíram uma nova família nuclear, sendo que desses seis integrantes, 3/4 casaram-se com membros da família Gomes, Matos e Batista e a última quarta parte casou-se com membros de grupos que não apareceram com frequência no decorrer dos casamentos realizados entre essas três famílias, ou com indivíduos cuja origem não pôde ser traçada de forma clara.

Na segunda geração, dos 26 membros, doze saíram da localidade, sendo que dos 14 membros que permaneceram apenas 1 não se casou. Assim, 13 foram os casamentos ocorridos na área. Desse total, 5 aconteceram entre Guimarães e Gomes, 1 entre Guimarães e Matos, 1 entre Guimarães e Batista, 1 entre Guimarães Gomes e Guimarães Gomes e os 5 restantes entre famílias que quase não são novamente encontradas nas uniões realizadas

entre os membros da família. Os integrantes da família Gomes aparecem com maior frequência como parceiros matrimoniais entre os Guimarães, seguidos de Matos e Batista com menor incidência. Considerada a situação de posse da terra na terceira geração, as escolhas se fecham ainda mais e em proporção semelhante ao crescimento dos integrantes que optaram por deixar a localidade. Essa descrição pode ser melhor observada no quadro I.

**Quadro I**  
**Casamentos entre as gerações**

1ºGERAÇÃO		Guimarães= Gomes	Guimarães= Matos	Guimarães= Batista	Guimarães= Outros	Não casaram	Total	
		2	1	1	2	4	10	
2º GERAÇÃO	Guimarães= Gomes	Guimarães= Matos	Guimarães= Batista	Guimarães= Guimarães Gomes	Guimarães= Outros	Não casaram	Saíram da localidade	Total
	5	1	1	1	5	1	12	26
3ºGERAÇÃO				Guimarães Gomes= Guimarães Gomes	Guimarães= Outros	Não casaram	Saíram da localidade	Total
				3	7 10	13	48	74

Na primeira geração, portanto, os Guimarães casaram fora de seu grupo, condição básica do parentesco. Na segunda geração essa tendência aumenta ainda mais. E na terceira geração é possível perceber que os casamentos fora do grupo permanecem ainda com a mesma incidência, como mostra o Quadro I.

Como visto, o parentesco aparece obedecendo a um princípio cognático que também rege a herança da terra. Essa inferência pode ser corroborada pela história dessa herança, ou seja, como foram acontecendo as divisões da terra no decorrer dos casamentos dos herdeiros.

Foram os seis filhos da primeira geração que se instalaram na propriedade deixada por Carlos Guimarães. Como já mencionado, o terreno, possuindo 6.000m de frente por 5.000m de fundo, foi dividido igualmente entre os seis herdeiros, recebendo cada um deles 1.000m de frente pelos respectivos 5.000 de fundo. Portanto, à medida em que essa primeira geração constituía seus grupos domésticos ela passava a se *colocar* no terreno. Desses seis herdeiros havia 5 homens e apenas uma mulher. Todos puderam dispor dessa

terra herdada, mas foram os homens que imediatamente a utilizaram ao formar seus novos grupos domésticos. No caso da única herdeira, a disponibilidade da terra aconteceu somente quando seu marido, um Batista, não quis mais trabalhar nas terras herdadas de seu pai. Todavia, a parte que cabia à sua esposa na herança dos Guimarães estava delimitada e quando a ele foi conveniente pôde dispor da mesma. A conveniência para lançar mão dessas terras pode ter sido desencadeada a partir de vários motivos. A proximidade junto à parentela para realizar as trocas necessárias frente às atividades na roça, ou o próprio terreno com muita mata que garante uma colheita abundante. Esses foram alguns dos motivos relatados pelo filho dessa herdeira, sobre o que teria levado seu pai a mudar de suas terras para as terras da esposa. Mas a divisão entre os herdeiros acontecia à medida em que os filhos constituíam seus próprios grupos domésticos. Dessa forma, quem primeiro realizava essa constituição, por primeiro tinha a oportunidade de se instalar nas terras.

Na segunda geração de herdeiros os casamentos continuaram acontecendo com as famílias Gomes, Matos e Batista. A tendência para a ampliação do número de famílias com quem os herdeiros se casavam permanecia. Todavia, nessa geração já iniciavam-se os casamentos entre Guimarães Gomes. Da mesma forma como na geração anterior, entre os herdeiros da segunda geração a divisão da terra também aconteceu de forma igualitária e dentro da mesma lógica utilizada pela geração antecessora, ou seja, os lotes eram repartidos obedecendo uma divisão feita a partir das dimensões da parte frontal do terreno.

Contudo, o direito ao uso dessa terra, como já explicitado, estava diretamente relacionado à constituição de uma família pelo herdeiro e à permanência deste na localidade. Dos 26 membros da segunda geração 12 saíram da localidade e 1 não se casou. A alternativa escolhida por esses indivíduos possibilitou aos que ficaram, dispor da terra somente para os novos grupos domésticos que fossem surgindo. Na segunda geração, supostamente, a terra disponibilizada havia se ampliado, pois a ela teria se juntado as terras das famílias Gomes, Batista e Matos. No entanto, não aparece entre os herdeiros da terceira geração terras dos Batistas e Matos mas somente dos Gomes. Uma parte dos herdeiros pôde desfazer-se das terras herdadas pela descendência Guimarães, porque possuíam a herança da descendência Gomes da qual puderam lançar mão. O princípio cognático, como visto, também é válido portanto para a herança da terra, mas nesse caso as escolhas entre Guimarães Gomes priorizam, através das uniões matrimoniais, a manutenção das terras

entre Guimarães, ficando a herança dos Gomes como opção para os que casam fora do grupo.

Até o final da década de sessenta a maior parte das famílias camponesas na região norte do país podia dispor de terras do Estado sem necessidade de legalizar a situação sobre a mesma. Somente a partir da década de setenta o acesso à terra começa a sofrer maiores restrições em decorrência das políticas do governo federal para a ocupação da Amazônia (ARAÚJO & SCHIAVONI,1998). Dessa forma, as divisões do terreno herdado no qual se instalaram os Guimarães começam a se intensificar justamente em um momento onde as condições de escassez da terra, antes inexistentes, passam a apresentar seus primeiros sinais na região.

A terceira geração é a que em sua maioria ocupa atualmente a terra dos Guimarães. O terreno inicialmente dividido em 6 lotes permanece hoje com uma divisão semelhante. Oito herdeiros ocupam a terra em condição de posse, como pode ser visto no Quadro II. Na terceira geração, o acesso à terra, apesar de ainda obedecer à lógica da herança, já mostra que outros elementos passam a influenciar esse movimento<sup>15</sup>.

**Quadro II**  
**Situação de posse da terra dos grupos domésticos que ainda vivem na**  
**localidade**

	Guimarães= Gomes	Guimarães Gomes= outros	Guimarães Gomes= Guimarães Gomes	Guimarães= Outros	Guimarães Gomes= Gomes
<b>Grupos Domésticos que vivem em Nova Redenção e que desfrutam do uso da terra dos Guimarães</b>	1	4	3	3	1
<b>Grupos domésticos que vivem em Nova Redenção e detêm a posse da terra dos Guimarães</b>	1	0	3	3	1

<sup>15</sup> No final da década de oitenta o INCRA esteve na região e loteou as terras, já que os impostos referentes à mesma não mais estavam sendo pagos.

Ser Guimarães é descender de *Carlos Guimarães* e para ser Guimarães basta que pai ou mãe o seja. O modelo estabelecido pode ser definido como um grupo de filiação cognática (RADCLIFFE-BROWN, 1995), pois todos são descendentes de um antepassado comum, sendo essa descendência passada tanto pela linha masculina, como pela feminina. O direito à herança da terra também obedece ao princípio cognático. No entanto, algumas regras possibilitam manter a terra, como bem indiviso, nas mãos do grupo que a priori, obedecendo ao princípio cognático estabelecido, divide a herança em nome do direito à mesma.

Além do fato de ser Guimarães para possuir a condição que possibilita o direito de posse da terra, é necessário permanecer na localidade para poder exercê-lo. Esse direito somente pode ser usufruído, no entanto, quando o papel social do herdeiro antecessor estiver em condições de ser ocupado. Assim, o filho aciona o direito à posse da terra, após a morte do pai e da mãe, já que na falta deste é a mulher que assume os direitos e deveres frente ao grupo maior e à família. Esse direito pode ser acionado também quando os pais não puderem mais exercer suas atividades econômicas a contento. Antes disso os filhos podem usufruir do uso da terra, mas não da condição de posse. A herança, portanto, pode ser demandada por todos os filhos que constituíram família e que tenham permanecido na localidade.

Como aponta FOX(1986), portanto, a herança expressa um princípio de filiação cognática restrita<sup>16</sup>, efetivada no momento da morte dos pais. Dessa forma, um herdeiro Guimarães pode sair da localidade, voltar e ainda assim ter direito à terra se encontrar seus pais ainda com vida. Mas isso somente acontece enquanto o papel social que possibilita acionar o direito à posse não deixar uma lacuna para que os herdeiros que lá vivem o assumam. Assim, um filho pode sair e passar muitos anos fora, constituir família em outro lugar e quando retornar ainda poderá fazer uso da terra se encontrar seus pais vivos, tendo o direito à posse assegurado, quando estes falecerem. Os mesmos direitos não estão garantidos, todavia, se, no retorno desse membro do grupo os pais já não estiverem vivos.

---

<sup>16</sup> Vale lembrar FOX (1986) ao evocar o conceito de filiação cognática, “*Os que optassem por viver noutra lado perderiam o direito de pertencer à linhagem. Se tiver instituído uma classificação desse tipo, o grupo passará a designar-se por grupo de filiação cognática ‘restrita’.* O princípio cognático continua a vigorar – todos os descendentes do antepassado original têm direito à terra do grupo – mas, a menos que exerçam esse direito, perdê-lo-ão” (FOX, 1986: 183).

Nesse caso, a lacuna social criada com a morte dos pais e que se faz necessária para acionar o direito à herança, logo à posse, já foi preenchida.

Quando os membros do grupo se casam, normalmente, o noivo e seu pai constroem uma casa para o jovem casal. Na falta do pai do noivo para assumir essa tarefa, o pai da noiva pode fazê-lo. De qualquer forma os nossos casamentos demandam um novo domicílio. A escolha do local para a construção da casa, baseia-se na proximidade da roça na qual o casal irá trabalhar. Geralmente essa roça pertence a um dos pais dos cônjuges, alargando assim o máximo possível a contribuição de sua força de trabalho para o grupo doméstico como acontece em outras partes da Amazônia. Os casamentos possibilitam também a construção de uma rede de reciprocidade que perpassa as relações entre as famílias dos noivos, materializando-se em atividades conjuntas nas roças de ambas as partes e até mesmo nas tarefas do domínio da casa. Os filhos normalmente passam muitos anos somente desfrutando do uso da terra. Constroem seu grupo doméstico, ou seja, tornam-se independentes frente suas atividades econômicas, fazendo seus próprios roçados, mas ainda assim permanecem na condição de usuários. A herança somente se efetiva, como já mencionado, quando os dois membros do grupo doméstico pertencentes à geração anterior deixam uma lacuna social, na qual o *status* que confere o direito à posse da terra é passado para os herdeiros.

Nova Redenção possui hoje uma divisão que obedece à lógica acima exposta. Existem basicamente três famílias que lá vivem desde a primeira metade do século. É sobre as famílias Guimarães, Gomes e Batista que o parentesco aparece de forma mais contundente como estratégia de acesso à terra na organização local. Se o princípio cognático rege as relações de herança, pois homens e mulheres são igualmente herdeiros, isso possibilita que os casamentos entre os membros dessas famílias ocorram em função das possibilidades da permanência das terras entre parentes. É o que pode ser percebido na terceira geração. Ao se casar com outro Guimarães, disponibiliza-se outras terras de herança para outro irmão, como já descrito anteriormente. Ou seja, quando há o casamento entre Guimarães a terra da qual se lança mão é aquela advinda da herança dessa família, ficando para os outros herdeiros as terras da herança da família Gomes, por exemplo. Ao se casarem entre si, os Guimarães unem as propriedades, ficando as terras de herança para os que casam depois. O casamento entre primos acontece de forma constante e a escolha do parceiro está diretamente relacionada à disponibilidade de terras que este apresente, como

pode ser percebido no diagrama I. A descrição do diagrama I pode tornar mais clara a forma como os arranjos para o acesso à terra foram acontecendo no grupo, enquanto o diagrama II mostra como as terras herdadas foram se transformando no decorrer das gerações.

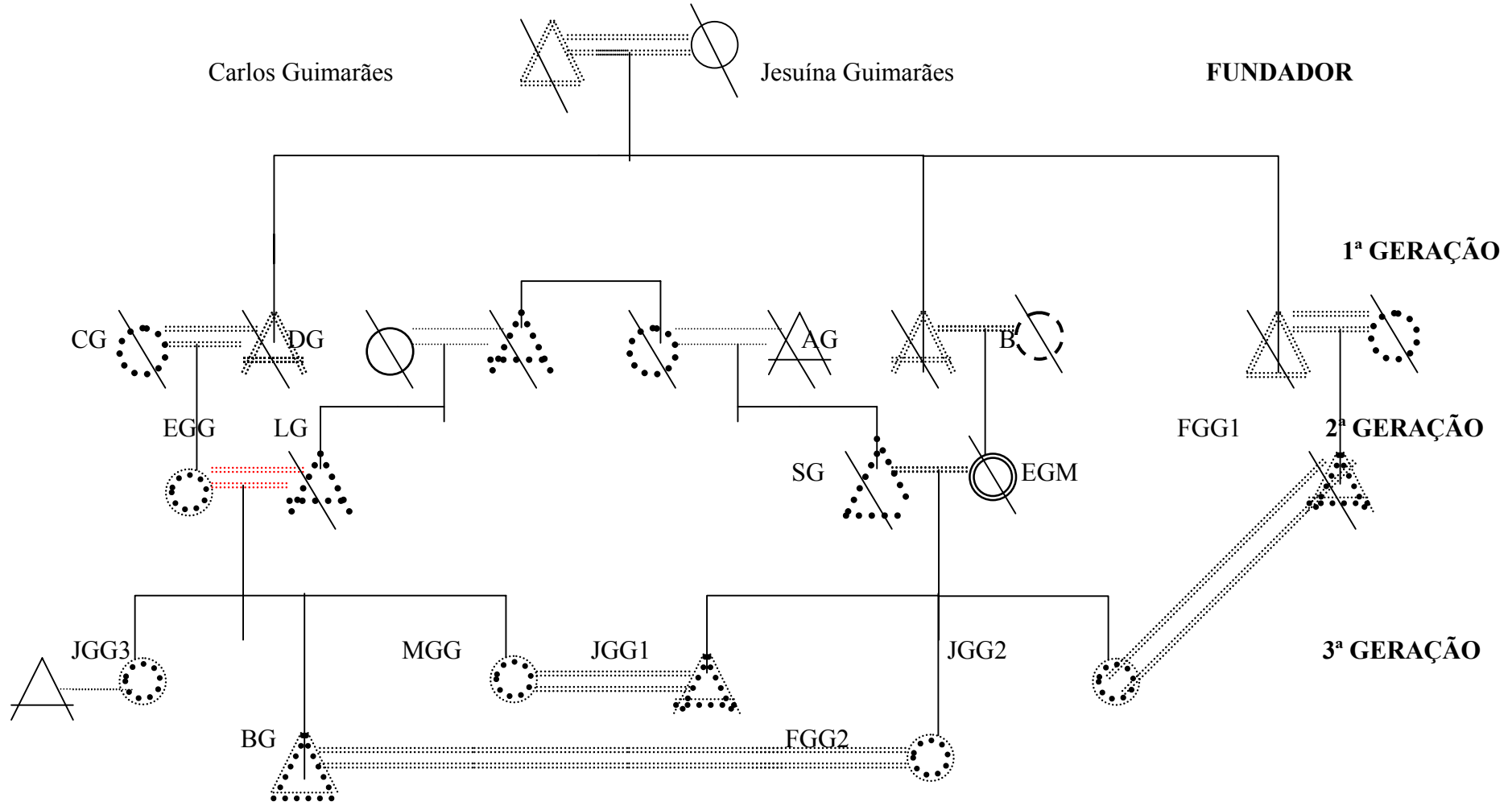
Nestes diagramas constam três gerações de herdeiros que caracterizam a forma como as escolhas foram acontecendo e como os arranjos foram se estabelecendo. Eles refletem os arranjos típicos entre os membros do grupo.













### Diagrama I

Carlos Guimarães




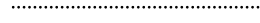


Jesuína Guimarães

FUNDADOR



		Guimarães
		Gomes
		Matos
		Guimarães Gomes
		Guimarães Matos
		Outros

---

	Utilização da terra da família Guimarães
	
	Utilização da terra da família Gomes
	
	
	Utilização da terra da família Guimarães e da família Gomes

## Descrição do Diagrama I<sup>17</sup>

*Antonio Guimarães (AG) casou-se com Benedita de Matos (BM), na primeira geração de descendentes e tiveram usufruto e posse das terras herdadas pela descendência de Carlos Guimarães. A união matrimonial de Epifânia Guimarães Matos (EGM), filha do casal, aconteceu com Sotero Gomes(SG), herdeiro da família Gomes. Josias Gomes Guimarães (JGG1), filho desse casal, contraiu matrimônio com Maria Guimarães Gomes (MGG). Esta é filha de Lucilo Gomes (LG) e Eleutéria Guimarães Gomes (EGG) que tinham a posse da terra Guimarães correspondente à herança da mulher e Gomes pela herança do marido. Josias (JGG1) tem herança somente das terras Guimarães, pois ainda que herdeiro da família Gomes, a herança da terra não é passada pela descendência advinda da mulher dessa família, no caso sua bisavó paterna. Maria (MGG) tem a posse da terra Gomes e Guimarães, no entanto somente acionou esta última pois sua irmã Julieta Gomes Guimarães (JGG3) casou-se com um homem que não disponibilizou terra para o casal, tendo a mesma que dispor de sua herança advinda da descendência Gomes para garantir terreno para os trabalhos na roça. Bernardo Gomes (BG), irmão de criação de Maria Gomes Guimarães (MGG), casou-se com Faustina Gomes Guimarães (FGG2), irmã gêmea de Josias (JGG1). Bernardo (BG) trocou seu lote com Fortunato Gomes Guimarães (FGG1) casado com Jovelina (JGG2) que é irmã de Faustina (FGG2), que por sua vez é esposa de Bernardo (BG). Dessa forma os dois cunhados puderam trocar os terrenos para que os mesmos não se desmembrassem. Ainda ampliando suas terras Bernardo (BG) comprou um lote de seu cunhado Josias (JHH1), que casado com Maria (MGG) teve terra suficiente para fazer seus roçados, pois tantp ele como a esposa são Guimarães.*

---

<sup>17</sup> Os Nomes adotados não correspondem aos verdadeiros nomes dos integrantes do grupo, a nomenclatura foi utilizada apenas para facilitar a compreensão do leitor.

## DIAGRAMA II

### FORMATO DA TERRA DOS GUIMARÃES NO DECORRER DAS QUATRO GERAÇÕES

TERRA DEIXADA POR CARLOS GUIMARÃES						
<b>PRIMEIRA GERAÇÃO</b>	Antonio Guimarães (uma herdeira)	Domingos Guimarães (seis herdeiros)	Manuel Guimarães (dois herdeiros)	Fausto Guimarães (seis herdeiros)	Alexandre Guimarães (quatro herdeiros)	Valeriana Guimarães (dez herdeiros)
<b>SEGUNDA GERAÇÃO</b>	Epifânia Guimarães Gomes (cinco herdeiros)	Eleutéria Guimarães Gomes (sete herdeiros) Pio Guimarães	Fortunato Guimarães (oito herdeiros)	Gregório Souza Guimarães Bartolomeu de Souza Guimarães	Flaurêncio Guimarães (seis herdeiros) Tomás Guimarães (quatro herdeiros)	Benedito Guimarães (dez herdeiros) Jesuína Guimarães (sete herdeiros)
<b>TERCEIRA GERAÇÃO</b>	Jovelina Guimarães Doralice Guimarães Faustina Guimarães Josias Guimarães	Maria Guimarães Gomes Bernardo Gomes	XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
<b>QUARTA GERAÇÃO</b>	XXXXXXX	XXXXXXXXXX				



Herdeiros que venderam seus lotes

XXXXXXXXXX

Herdeiros ainda na fase de infância e adolescência ou que ainda não detêm o direito à posse da terra.



Número de descendentes advindos da união desse herdeiro

### **Conclusão**

Na primeira geração os membros casam-se fora do grupo, mas permanecem utilizando basicamente as terras da família Guimarães. A família Gomes aparece como escolha para os casamentos, aumentando também a disponibilidade de terras para o grupo. Dessa forma, na segunda geração, os membros desfrutam do uso e posse tanto das terras pertencentes à família Guimarães, como aquelas pertencentes à família Gomes, ampliando, portanto, a quantidade de terras disponíveis. Todavia, já na terceira geração a disponibilidade de terra volta ao seu formato inicial. Isso ocorre à medida que os membros do grupo casam-se com pessoas de fora, que não possuem disponibilidade de terra. Dessa forma, as terras inicialmente ampliadas novamente são divididas.

Os casamentos podem ser interpretados como estratégias para evitar que a divisão da terra inviabilize as condições básicas para a reprodução de um grupo camponês (MOURA, 1978). Entre os Guimarães o que fica claro é que as terras mantiveram seu formato inicial porque a lógica para a divisão priorizou a integridade da terra no formato originado pela herança. Dessa forma, uma mulher Guimarães Gomes, ao se casar com um homem de fora do grupo pôde dispor da terra herdada pela descendência Gomes deixando a herança Guimarães para a irmã que se casou com um Guimarães Gomes, mantendo assim a integridade da terra do grupo.

A lembrança da descendência de um ancestral comum possibilitou aos integrantes do grupo que estudei, acionar a herança como estratégia para o acesso à terra.

Aparecendo como o legitimador do acesso à terra, o parentesco opera em Nova Redenção como uma via de mão dupla. Se por um lado constitui-se no instrumento de legitimação do uso e posse da terra, por outro é exatamente o binômio herança/terra que retroalimenta o parentesco.

## BIBLIOGRAFIA

**ABRAMOVAY, R.** Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Hucitec-ANPOCS, Campinas, 1992.

**ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.** Os Movimentos Camponeses e os Conflitos Sociais na Amazônia. Rio de Janeiro: mimeo, 1989.

**ARAÚJO, Roberto & SCHIAVONI, Gabriela.** A Ilusão Genealógica: exercício do parentesco e vínculos locais na fronteira agrária da Amazônia. Mimeo, 1998.

**CHAYANOV, Alexander.** La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

**CASTRO, E. M. R. de, & HÉBETTE, Jean, orgs.** Na Trilha dos Grandes Projetos. Modernização e Confronto na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

**COSTA, Francisco de Assis.** Grande Capital e Agricultura na Amazônia: a experiência da Ford no Tapajós. Belém:UFPA, 1993.

\_\_\_\_\_. Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992a.

\_\_\_\_\_. **In OLIVEIRA, Nilson Pinto de (Org).** Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza. Belém: UFPA/NUMA, 1992b.

**COSTA, Luciana Miranda.** Discurso e Conflito. Dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás. Belém:UFPA/NAEA,1999.

**FAJARDO, Elias.** Em julgamento a Violência no Campo. Petrópolis: Vozes, 1988.

**FARAGE, Nadia.** As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

**FORTES, Meyer.** O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. Introdução do livro The Developmental Cycle in Domestic Groups, editado por Jack Goody, Cambridge Papers in Social Anthropology. Nº 1, 1982.

**FOX, Robin.** Parentesco e Casamento: uma perspectiva antropológica. Lisboa: Coleção Vega Universidade, 1986.

**GARCIA, Afrânio R.** Terra de Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

**GUERRA, Gutemberg Armando Diniz.** O Posseiro da Fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

**HALBWACHS, Maurice.** A memória Coletiva - São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

**HÉBETTE, Jean & ACEVEDO, Rosa.** Saúde e Colonização. In Colonização, Desenvolvimento e Modelos Econômicos. Belém:UFPA/NAEA, 1977.

\_\_\_\_\_. Colonização para quem? Belém: UFPA/NAEA, 1979a.

\_\_\_\_\_. Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais. In **COSTA, José Marcelino da, ed.** Amazônia:desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro:IPEA/INPES, 1979b.

**HÉBETTE, Jean.** Estudos e Problemas Amazônicos: história social e econômica e temas especiais. Belém: CEJUP, 1992.

**HÉBETTE, Jean & NAVEGANTES, Raul.** CAT - Ano Décimo: etnografia de uma utopia. Belém: UFPA/CAT, 2000.

**HEREDIA, Beatriz M. A.** A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

**IANNI, Otávio.** A luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis:Vozes, 1978.

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** [www.ibge.com.br/cidades@/concordiadopara](http://www.ibge.com.br/cidades@/concordiadopara), capturado em março de 2003.

**IDESP – Instituto do Desenvolvimento Econômico – Social do Pará.** Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar – Zona Guajarina.Belém, 1968.

**LÉVI-STRAUSS, Claude.** As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis: Vozes,1982.

**MALINOWSKI, B.** in **DURHAM, E.R.** org. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1986.

**MARTINELLO, Pedro.** A Batalha da Borracha durante a Segunda Guerra Mundial. Rio Branco: cadernos UFCA, Série Estudos e Pesquisas1, 1998.

**MARTINS, José de Souza.** Expropriação e Violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

**MOUGEOT, Luc J. A.** A Recente Ocupação Humana da Região Amazônica: causas, durabilidade e utilidade social. In **ARAGÓN, Luís E.** org. Migrações Internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas. Belém: UFPA/NAEA/CNPQ, 1986.

- MOURA, Margarida M.** Os herdeiros da terra. São Paulo: Hucitec, 1978.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de** (org). A Antropologia de Rivers. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R.** in **MELATTI, J. C.** Org. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- RAVENA-CAÑETE, Voyner.** Memória e Herança da Terra: a história de um grupo camponês do Nordeste Paraense – Concórdia do Pará. Belém (Dissertação de Mestrado UFPA/LANF), 2000.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira.** A Economia do Estado do Pará. Belém: IDESP . Coordenadoria de Documentação e Informação (Série Relatórios de Pesquisa), 1978.
- \_\_\_\_\_. História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T.ª Queiroz, 1980.
- SILVA, Fábio Carlos da.** Frentes Pioneiras e Camponeses no sul do Pará. Belém (Dissertação de Mestrado. NAEA/UFPA/PLADES), 1982.
- SOARES, Luiz Eduardo.** Campesinato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.
- VELHO, Otávio Guilherme.** Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_. Capital Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VERÍSSIMO, José.** Estudos Amazônicos. Belém: Universidade federal do Pará, 1970.
- WAGLEY, Charles.** Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- WEINSTEIN, Bárbara.** A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC – Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- WOORTTMANN, Ellen.** Herdeiros, Parentes e Compadres. São Paulo-Brasília: Hucitec, 1995.
- \_\_\_\_\_. & **WOORTTMANN, Klaas.** O trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.